

BUONAMICI, Sergio Claro. **Cidadania e participação no direito a cidades sustentáveis**: diretrizes gerais e instrumentos de política urbana na Lei nº 10.257, de 10-7-2001 (Estatuto da cidade). Leme: JH Mizuno, 2015.

BUONAMICI, Sergio Claro. **Cidadania e participação no direito a cidades sustentáveis**: diretrizes gerais e instrumentos de política urbana na Lei nº 10.257, de 10-7-2001 (Estatuto da cidade). Leme: JH Mizuno, 2015. 286 p. --- *Localização: 349.44(81) / B887c*

<b>PARTE I</b>	
<b>Fundamentos da Cidadania no Estado Democrático e Social de Direito Brasileiro</b>	
1. Estado de direito e direitos fundamentais na formação da cidadania .....	21
2. Estado de direito e a consolidação da cidadania .....	23
2.1. Estado e constitucionalismo .....	23
2.2. Estado liberal.....	27
2.3. Estado social .....	31
2.4. Estado democrático e social de direito.....	32
2.4.1. Instrumentos de participação .....	36
2.4.1.1. Audiência pública .....	40
2.4.1.1.1. Distinção entre a audiência pública e a consulta pública .....	42
2.4.1.2. Conselhos gestores de políticas públicas.....	43
2.4.1.3. Organizações não-governamentais (ONGs).....	45
2.4.1.3.1. Organizações não-governamentais (ONGs) como atores globais .....	46
2.4.1.4. Direito de associação.....	51
2.4.1.5. Democracia participativa.....	53
2.4.1.5.1. Novos mecanismos de participação democrática ...	56
3. Gerações de direitos fundamentais e a expressão da cidadania .....	57
4. Exercício da cidadania no processo participativo.....	66
4.1. Conceito e significado de cidadania.....	66
4.2. Cidadania e democracia.....	71

4.3. Cidadania e participação.....	73
4.4. Cidadania e a sociedade da informação.....	78
5. Direitos fundamentais e a afirmação da cidadania no direito brasileiro .....	80
5.1. Fundamentos do estado democrático e social de direito brasileiro ....	80
5.2. Direitos e garantias fundamentais asseguradores da cidadania plena.....	83
5.2.1. Direitos fundamentais decorrentes de tratados internacionais ..	89
5.2.2. Direitos fundamentais decorrentes do regime e dos princípios constitucionais .....	99
5.2.2.1. Princípios federativo e republicano e a cidadania .....	102
5.2.3. Direitos fundamentais compositores da cidadania plena.....	103
5.2.3.1. Direitos individuais e coletivos limitadores do poder estatal...	104
5.2.3.2. Direitos difusos ou coletivos e o interesse público .....	105
5.2.3.3. Direitos sociais e igualdade entre os cidadãos.....	114
5.2.3.4. Direitos da nacionalidade e a relação do cidadão com o Estado .....	119
5.2.3.5. Direitos políticos e a promoção da dignidade do cidadão	121
5.2.3.6. Direitos solidários e interesse comum na construção de uma sociedade fraterna.....	123

## PARTE II

### **Cidadania e Processo Participativo na Construção das Cidades Sustentáveis**

1. Urbanismo e Modernidade .....	133
1.1. Cidade do Renascimento e da Idade Moderna.....	137
1.2. Cidade da Revolução Industrial .....	138
1.3. Cidades e pós-modernidade .....	139
1.4. Modernidade e cidades brasileiras.....	144
1.5. Município e cidade: ampliação da responsabilidade urbanística e ambiental.....	145
2. Política urbana e equilíbrio ambiental no direito brasileiro .....	148
2.1. Política urbana na Constituição Federal de 1988 .....	148
2.2. Diretrizes gerais da política urbana. Ordem urbanística .....	149
2.3. Funções sociais da cidade e da propriedade urbana.....	154
2.4. Equilíbrio ambiental.....	157

3. Direito a cidades sustentáveis e o processo participativo na gestão democrática das cidades.....	161
3.1. Sustentabilidade urbano-ambiental e equidade intergeracional .....	161
3.1.1. Princípio do desenvolvimento sustentável. Relatório de Brundtland. Declaração do Rio (1992). Declaração de Nova Delhi (2002). Constituição Federal (1988).....	162
3.1.2. Sustentabilidade ampliada e sustentabilidade progressiva .....	165
3.1.3. Equidade intergeracional e equidade intrageracional .....	166
3.2. Direito a cidades sustentáveis e qualidade de vida .....	167
3.2.1. Direito à terra urbana .....	170
3.2.2. Direito à moradia.....	171
3.2.3. Direito ao saneamento ambiental .....	173
3.2.4. Direito ao tratamento adequado de resíduos sólidos e rejeitos ....	175
3.2.5. Direito à infraestrutura urbana .....	177
3.2.6. Direito ao transporte.....	178
3.2.7. Direito aos serviços públicos.....	181
3.2.8. Direito ao trabalho.....	182
3.2.9. Direito ao lazer .....	183
3.3. Política urbana e controle social .....	185
3.3.1. Sociedade civil e o princípio da participação na política urbana	185
3.3.2. Neourbanismo, metropolização e fundamento do controle social ....	187
3.4. Gestão democrática da cidade.....	189
3.4.1. Conceito de gestão democrática da cidade .....	191
3.4.2. Bloqueios à gestão urbana democrática.....	193
3.4.3. Fundamentos da cidadania na gestão de política urbana .....	194
3.5. Gestão orçamentária participativa.....	198
3.6. Gestão democrática regional ou metropolitana.....	199
4. Principais instrumentos da política urbana e o controle social.....	202
4.1. Instrumentos de gestão democrática da cidade.....	205
4.1.1. Órgãos colegiados de política urbana.....	207
4.1.1.1. Participação nos órgãos colegiados de política urbana....	210
4.1.1.2. Natureza jurídica das deliberações dos órgãos colegiados de política urbana .....	211
4.1.2. Debates, audiências e consultas públicas .....	214

4.1.3. Conferências sobre assuntos de interesse urbano.....	216
4.1.4. Iniciativa popular .....	217
4.2. Zoneamento urbano-ambiental .....	218
4.3. Plano diretor e processo participativo .....	220
4.3.1. Planejamento urbano e gestão estratégica.....	220
4.3.2. Planejamento urbano participativo.....	222
4.3.3. Importância do plano diretor no planejamento municipal.....	227
4.3.4. Plano diretor como instrumento básico de política urbana .....	229
4.3.5. Conceito de plano diretor .....	231
4.3.6. Elaboração e implementação do plano diretor.....	233
4.3.7. Participação popular e acesso às informações.....	235
4.3.8. Debates e audiências públicas .....	236
4.3.9. Princípio da publicidade .....	237
4.3.10. Direito à informação no plano diretor .....	238
4.3.11. Participação popular e revisão do plano diretor .....	238
4.3.12. Responsabilidade civil do agente público .....	240
4.4. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como instrumento de participação .....	243
4.4.1. Direito de vizinhança e o interesse social.....	243
4.4.2. Distinção entre estudo de impacto de vizinhança (EIV) e estudo prévio de impacto ambiental (EIA).....	244
4.4.3. Cidadania participativa no estudo de impacto de vizinhança (EIV) .	246
4.4.4. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como instrumento de natureza jurídica constitucional.....	247
4.4.5. EIV e publicidade. Relatório de impacto de vizinhança (RIV)....	248
4.4.6. Audiência pública no estudo de impacto de vizinhança (EIV) ...	249
4.4.7. Estudo de impacto de vizinhança (EIV) como direito subjetivo do cidadão .....	250
4.4.8. Exercício da cidadania no licenciamento urbanístico .....	251
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>255</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>261</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISIVO</b> .....	<b>281</b>